

“O MAIOR CRIME DE COLARINHO BRANCO EM PORTUGAL”

NOVO BANCO

Rui Rio questionou o Primeiro-Ministro no debate quinzenal sobre as ajudas do Estado ao Novo Banco e que vêm diretamente dos impostos dos portugueses, 7 mil milhões de euros que estarão a servir para pagar “calotes emolados” da instituição financeira. Para o Presidente do PSD, o que se passou com o BES constitui “o maior crime de colarinho branco em Portugal”, “sem que a justiça tenha tido a capacidade julgar e muito menos de punir quem quer que seja”



pág. 4

PRESIDENTE

RUI RIO ALMOÇOOU COM O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, QUE ELOGIOU A ATUAÇÃO “EXEMPLAR” DO LÍDER DO PSD

O Presidente do PSD prestou também “homenagem aos autarcas”, em especial ao edil Salvador Malheiro, que geriu com competência os interesses da comunidade no concelho de Ovar



pág. 6

PARLAMENTO

PSD PEDE ESCLARECIMENTOS POR ESCRITO AO NOVO BANCO

Duarte Pacheco explicou que esta missiva visa obter esclarecimentos para “comprovar a justiça da transferência de 850 milhões de euros do Fundo de Resolução” para a instituição financeira



pág. 12

REGIONAIS

PROMOVER O TURISMO INTERILHAS NOS AÇORES

José Manuel Bolieiro congratulou-se com a retoma gradual, a partir da próxima sexta-feira, das ligações aéreas interilhas e apelou para que os açorianos façam turismo nos Açores



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

UMA CULTURA DE (DES)GRAÇA

Graça Fonseca é, depois de Mário Centeno, o membro ministerial mais próximo da porta de saída do Governo. Por culpa própria e pelo próprio pé. É só uma questão de tempo até que a ministra da Cultura deixe de dirigir uma pasta que, desde o início, geriu de forma atabalhoada, cometendo erros e omissões graves e tomando decisões precipitadas.

O Governo criou o Ministério da Cultura com a intenção de conferir maior dimensão e maior visibilidade política e, sobretudo, para mudar o paradigma da cultura. Mas, na prática, as intenções da tutela, continuam a passar completamente ao lado dos objetivos e das necessidades dos agentes da cultura e do meio artístico.

Na passada quinta-feira, em Coimbra, o Primeiro-Ministro anunciou a criação de uma nova linha "de 30 milhões de euros, para programação cultural dos municípios, que são dos maiores investidores em cultura", uma decisão para a qual os municípios não foram tidos, nem achados. Mas na verdade, o Governo só proclama uma decisão, onde as autarquias são o principal instrumento e fonte de investimento.

Como também aconteceu, no passado recente, com a educação, o ambiente e a ação social, o Governo demite-se pura e simplesmente das suas próprias competências e chuta para as autarquias a responsabilidade de executar o seu compromisso eleitoral com os portugueses.

No caso, o Governo, na linha das trapalhadas do Ministério da Cultura, anuncia 30 milhões de euros, que afinal são subtraídos ao programa pré-existente, "Cultura para Todos", para outra finalidade, à boleia da pandemia.

Com a agravante de, neste caso, deixar cair a prioridade da inclusão social através da cultura, que promovia as práticas artísticas por e para grupos desfavorecidos e a igualdade de oportunidades na fruição cultural, para privilegiar, numa "nova" linha de financiamento, a programação cultural, para alavancar o turismo.

Afinal, este passe de mágica, corresponde, nem mais, nem menos, numa reprogramação de fundos europeus. Assim, é fácil tomar decisões. O que não é fácil, é viver com 219 euros, que é o valor mensal do apoio público que uma boa parte dos trabalhadores independentes, na área da cultura, recebeu no âmbito desta crise sanitária.

Graça Fonseca é ministra do nada e do absurdo.

Na investida que arranjou, por causa das touradas, em plena feira literária de Guadalajara, onde também reconheceu, com uma estranha naturalidade, não ler jornais portugueses durante quatro dias, na arrogância com que trata a contestação dos artistas, no novo modelo de apoio às artes, que deixou sem apoio 75 das 177 candidaturas e, recentemente, na nebulosa atribuição de subsídios aos grupos de comunicação social, que até teve direito a um erro grosseiro na verba atribuída a um dos jornais.

A esta bizarra forma de decidir, junta-se, agora, este malabarismo de alocar verbas comunitárias, não executadas ou descomprometidas, para apoiar um setor que, formalmente, tem um Ministério, mas que, na prática, atua como uma direção-geral de apoio aos às artes. Tira-se dali e executa-se acolá.

Pelo menos, não falha ao enquadramento, num Governo onde ninguém sabe de nada.

Tal como referi na última audição regimental, a propósito da eventual alienação dos terrenos do Centro de Produção Norte da RTP, já não nos espanta o estado de negação da Ministra da Cultura: "Este Governo, tem para nós um traço comum, que é não saber nada. O ministro das Infraestruturas não sabia dos prémios da TAP, o Primeiro-Ministro não sabia dos 850 milhões do Novo Banco e agora, a senhora Ministra da Cultura também não sabe o que o Conselho de Administração da RTP anda a fazer".

De forma original, um grupo de profissionais das artes lançou um "crowdfunding" e deu-lhe um nome: "Não deixemos a Graça cair na desgraça", com direito a vigília nacional, em 17 cidades. Os profissionais do teatro, cinema, música e dança olham para o futuro do setor, em tons de preto e branco, muito negro.

Os inexplicáveis critérios de financiamento, a insensibilidade perante a precariedade dos profissionais e o snobismo com que a ministra que privilegia os centros artísticos do costume, fazem o retrato de um Ministério que acumula fragilidades e (des)Graça.

As salas de espetáculos estão encerradas até junho, e, infelizmente, vão continuar sem receber aplausos, nem políticas consistentes. A Cultura não precisa de esperar por uma segunda vaga pandémica, porque muitos agentes já não vão resistir ao primeiro embate de uma política cultural, que tem tanto de desastrosa como de socialista.

"O MAIOR CRIMINOSO BRANCO EM P" (partially visible)



CRIME DE COLARINHO EM PORTUGAL”



Rui Rio questionou o Primeiro-Ministro no debate quinzenal sobre as ajudas do Estado ao Novo Banco (NB) e que vêm diretamente dos impostos dos portugueses, dinheiro que estará a servir para pagar “calotes empolados” da instituição financeira. “Ao todo, de impostos dos portugueses isto dá mais 2,1 mil milhões de euros para o Novo Banco, que recebeu 3 mil milhões do Fundo de Resolução. (...) Se aos 2,1 somarmos os 4,9 mil milhões de euros que já recebeu, neste momento a fatura de impostos apresentada aos portugueses do Novo Banco é de 7 mil milhões de euros”, contabilizou.

Rui Rio considera que o que se passou com o BES constitui “o maior crime de colarinho branco em Portugal”, “sem que a justiça tenha tido a capacidade julgar e muito menos de punir quem quer que seja”.

Sobre a gestão da atual administração, Rui Rio critica o pagamento de prémios e bônus futuros de 2 milhões de euros aos administradores. “O banco só dá prejuízo. Não se premeiam prejuízos. Os 2 milhões de euros querem premiar a forma eficaz como o conselho de administração do Novo Banco tem conseguido sacar o dinheiro dos impostos dos portugueses”, criticou.

A mais recente tranche, ao abrigo do Fundo de Resolução, de 850 milhões de euros é, segundo o líder do PSD, o culminar de sucessivas operações que merecem ser es-

clarecidas. Rui Rio citou o ministro das Finanças quando este disse que a transferência mais recente de 850 milhões de euros teria de ser paga mesmo sem a auditoria. “Mas tínhamos de pagar porquê? Nós temos de pagar se for devido, se não for devido não temos de pagar. E depois de 7 mil milhões de euros é bom aferir se é devido. (...) Os portugueses têm, neste momento, uma dúvida: o Governo conferiu a fatura que lhe foi apresentada pelo Novo Banco? (...) “Como é que os balanços do Novo Banco, vistos e revistos, pelo Banco de Portugal auditores e CMVM, todos os anos descobrem novas imparidades?”, questionou.

O líder do PSD lamenta que embora o mercado imobiliário tenha estado em alta e, mesmo assim, o Novo Banco tenha vendido imóveis “a preços mais baixos do que aqueles que estão registados no balanço”.

Rui Rio colocou, nesse sentido, três perguntas precisas ao chefe do Governo: “Tem a certeza de que não há créditos do NB vendidos ao desbarato”, “que não há imóveis vendidos a preços de favor” e “a quem estão a ser vendidos estes créditos e imóveis”?

Numa segunda ronda, o Presidente do PSD interpelou o Governo sobre se está disponível para fornecer ao Parlamento toda a documentação que sustenta as imparidades que o Novo Banco alega e que justificam os 850 milhões de euros que o Estado pagou há quinze dias.

RUI RIO ALMOÇOOU COM O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, QUE ELOGIOU A ATUAÇÃO “EXEMPLAR” DO LÍDER DO PSD



Rui Rio almoçou, dia 22 de maio, com o Presidente da República, na Base Aérea/Aeródromo de Manobra N.º 1 de Ovar. Antes, o chefe de Estado elogiou a atuação “exemplar” do líder do PSD, que soube colocar “o interesse nacional à frente do partidário” na crise da covid-19, dando “ao país uma força” inimaginável. “Um dos motivos pelos quais vim aqui foi para saudar Rui Rio como líder da oposição e candidato a Primeiro-Ministro. Como líder da oposição, foi um exemplo. Acho que não conseguiria fazer o que ele fez, nomeadamente numa circunstância como esta, de todos os dias ter de enfrentar situações novas e inesperadas”, afirmou o Presidente da República.

Rui Rio declarou que esta deslocação serviu para “prestar homenagem aos autarcas”, em especial ao edil Salvador Malheiro, que geriu com competência os interesses da comunidade no concelho que enfrentou a primeira e mais longa cerca sanitária devido à covid-19 (31 dias). “A proximidade funcionou neste período”, disse.

Estando na Base Aérea de Manobra N.º 1 de Ovar, Rui Rio agradeceu a dedicação das Forças Armadas no contexto da crise.

O Presidente do PSD alertou, uma vez mais, que é preciso preparar o país para uma segunda vaga da doença, reiterando que a postura do PSD nesta crise é relegar “para último plano os interesses partidários e colocar o interesse do país à frente de tudo o mais”.



RUI RIO EM SÃO BENTO

“SEM A RECUPERAÇÃO DAS EMPRESAS, NÃO CONSEGUIMOS RESOLVER OS PROBLEMAS SOCIAIS”

No final de uma reunião de duas horas e meia com o Primeiro-Ministro, em São Bento, na terça-feira, 26 de maio, o Presidente do PSD alertou que Portugal enfrenta um “problema de procura externa” grave, que poderá cair 14% este ano. Rui Rio considera que a recuperação das empresas é determinante para resolver os problemas de dimensão social. “Estamos preocupados com os problemas de ordem social que o país está a atravessar. Em termos de retoma económica, as empresas são a prioridade; na vertente social são as pessoas, e nesse enquadramento, o fomento das exportações e do investimento é absolutamente essencial. Sem a recuperação das empresas, nós não conseguimos resolver os problemas sociais”, sublinhou.

Rui Rio anunciou que o PSD irá apresentar durante esta semana contributos para a área social e, na próxima semana, revelou, o PSD irá divulgar um conjunto de propostas de retoma económica, que irá incluir medidas destinadas à recapitalização das empresas.

Ainda em termos de evolução macroeconómica, Rui Rio antevê uma queda do PIB de pelo menos 7%, o que “vai exigir um nível de financiamento das necessidades dos Estado na ordem dos 13 mil milhões de euros”.

Rui Rio admite que o PSD possa viabilizar o Orçamento suplementar que está a ser preparado pelo Governo, desde que o documento traduza o esforço financeiro que está a ser feito nesta altura de combate à pandemia de covid-19. “Se o Orçamento suplementar for a correção do Orçamento do Estado em vigor para adaptar tudo aquilo que for e vai ser necessário fazer em matéria de combate à covid-19, contarão com o apoio do PSD”, disse.

Comentando o plano de retoma das operações da TAP, que prevê poucos voos a partir do Porto, Rui Rio reafirma que “uma empresa regional não pode ter os apoios que tem uma empresa que é estrategicamente importan-



te para o país como um todo”. “Se é assim, como a TAP diz, então não estamos perante uma empresa nacional, mas perante uma empresa de ordem regional, confinada mais ou menos à antiga província da Estremadura,

a grande Lisboa. Uma empresa que não responde aos aeroportos de Faro, do Funchal, de Ponta Delgada e do Porto como deve ser, então não é uma empresa nacional, mas, sim, regional”, salientou.

CONFERÊNCIA ONLINE
ZOOM@WEBINAR | LIVE FACEBOOK PSD

CEN
CONSELHO ESTRATÉGICO
NACIONAL

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA
PRIMEIROPORTUGAL

QUARTA . 3 JUNHO . 21H00

“AS RESPOSTAS EUROPEIAS À CRISE DA COVID-19”



Tiago Moreira de Sá

Moderador
CEN relações externas
e FCSH/UNL



Paulo Rangel

Eurodeputado



Carlos Moedas

Ex-Comissário Europeu



André Azevedo Alves

UCP

PSD PEDE ESCLARECIMENTOS POR ESCRITO AO NOVO BANCO

O PSD pediu, na quinta-feira, esclarecimentos, por escrito, à administração do Novo Banco que permitam “comprovar a justiça da transferência de 850 milhões de euros do Fundo de Resolução” para esta instituição. São 16 as perguntas ao Novo Banco, sobre as perdas registadas nas carteiras de crédito e nas carteiras de ativos imobiliários da instituição.

Duarte Pacheco, deputado do PSD, anunciou que, depois de Rui Rio ter feito no debate quinzenal “perguntas pertinentes” ao Primeiro-Ministro, que “não obtiveram resposta”, o PSD quer ter acesso à documentação sobre a gestão do banco, nomeadamente em relação à venda de crédito malparado e carteira de imóveis. “Por isso mesmo, o PSD, antes que qualquer audição ocorra em sede parlamentar, dirigiu desde já uma carta à administração do Novo Banco, pedindo que nos seja enviada esta informação”, afirmou.

Assim, os deputados do PSD querem explicações sobre três questões concretas: “porque é que determinado património foi vendido abaixo do preço do mercado; porque é que carteiras de créditos antes consideradas positivas, de repente, se transformaram em negativas; e quem foram os compradores, quem beneficiou com esta alienação?”

O coordenador da Comissão de Orçamento, Finanças rejeita que o Novo Banco seja uma manobra político-mediática, mas de escrutínio político e de interesse público, feita em nome da “transparência e do rigor das contas públicas”. “Nenhum português entende que 850 milhões de euros sejam utilizados sem que seja avaliado como foi gasto e porquê. Se isso é uma manobra política, então não sei mais o que se fará com dinheiro público”, apontou.

Sobre se o PSD admite pedir uma audição parlamentar presencial à administração do Novo Banco, Duarte Pacheco referiu que será mais útil que esta aconteça depois de chegar a informação agora requerida. “Se perguntarmos ao presiden-



te do Novo Banco se vendeu algum crédito ao desbarato a resposta será não e termina a audição e fica tudo por esclarecer. Se a informação for enviada previamente, permite aos deputados analisá-la e depois confrontar a administração”, disse, considerando que é o Novo Banco o principal interessado em que tudo seja esclarecido.

Duarte Pacheco disse estar confiante que, depois da disponibilidade manifestada esta quinta-feira, “decerto a administração do Novo Banco fará com que essa informação chegue brevemente ao Parlamento e corresponderá positivamente à carta do PSD”.

PSD PROPÕE PROLONGAMENTO DA POSSIBILIDADE DE RESGATE DOS PPR, PPE E PPR/E SEM PENALIZAÇÃO



O PSD quer prolongar a possibilidade de resgate sem penalização, em algumas condições, dos Planos de Poupança Reforma (PPR), Planos de Poupança Educação (PPE) e dos Planos de Poupança Reforma/Educação (PPR/E), medida que vigorou durante o estado de emergência devido à pandemia de covid-19.

Na exposição de motivos do projeto de lei entregue no Parlamento, esta terça-feira, o PSD sublinha que com o fim do estado de emergência, em 2 de maio, muitas das medidas criadas pelo Governo caducaram. “Uma dessas medidas é aquela que permitia o resgate de Planos de Poupança Reforma (PPR) sem penalização, para fazer face à quebra de rendimentos de cidadãos subscritores desse tipo de produto financeiro”, destacam, apontando que o obje-

tivo do diploma é manter em vigor essa possibilidade, aplicando-a também aos Planos de Poupança Educação (PPE) e aos Planos de Poupança Reforma/Educação (PPR/E).

O diploma do PSD refere que estes planos podem ser resgatados até 30 de setembro e até ao limite mensal do Indexante dos Apoios Sociais (IAS), desde que um dos membros do agregado familiar esteja em situação de isolamento profilático ou de doença, preste assistência a filhos ou netos, tenha sido colocado em “lay-off” ou em situação de desemprego.

Os deputados social-democratas defendem ainda que pode beneficiar deste regime quem seja elegível para o apoio extraordinário à redução da atividade económica de trabalhador independente ou os arrendatários que beneficiem do regime de diferimento de rendas, sendo que neste caso a instituição financeira “transfere ao senhorio o valor resgatado do PPR, do PPE ou do PPR/E, encontrando-se esta operação isenta de comissões bancárias”.

A proposta do PSD abrange os participantes desses planos, desde que um dos membros do agregado familiar se encontre numa das seguintes situações:

- Esteja em situação de isolamento profilático ou de doença ou preste assistência a filhos ou netos, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março;
- Tenha sido colocado em redução do período normal de trabalho ou em suspensão do contrato de trabalho, em virtude de crise empresarial;
- Em situação de desemprego e se encontre inscrito no Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. desde, pelo menos, 12 de março de 2020;
- Seja elegível para o apoio extraordinário à redução da atividade económica de trabalhador independente, nos termos do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março;
- Sendo arrendatário num contrato de arrendamento de prédio urbano para habitação própria e permanente em vigor à data de 31 de março, esteja a beneficiar do regime de diferimento do pagamento de rendas nos termos da Lei n.º 4-C/2020, de 6 de abril, e necessite desse valor para regularização das rendas alvo de moratória.

GOVERNO AINDA NÃO APRESENTOU RELATÓRIO DA SEGURANÇA DE 2019

São mais de dois meses de atraso em relação à data imposta por lei. O Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2019 continua por conhecer e, ao que tudo indica, os resultados oficiais da criminalidade em Portugal no ano passado correm o risco de serem divulgados ou em finais de junho ou mesmo em julho. A responsabilidade por este atraso é do Governo, que usa o pretexto do estado de emergência que Portugal conheceu na atual crise de pandemia, para não divulgar o relatório.

André Coelho Lima, em declarações ao “Diário de Notícias”, manifesta apreensão com este atraso. “O RASI faz as projeções das políticas de segurança interna e é uma das bases para a definição das prioridades de política criminal para o ano seguinte. Discutir estes dados em junho, que não será, ou outubro, não faz sentido”, lamenta.

O deputado do PSD, que é vice-presidente da Assembleia Parlamentar da Organização de Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), sublinha que “o estado de emergência só começou no final do primeiro trimestre” e que nessa altura “as forças e serviços de segurança já tinham os seus relatórios concluídos e não percebem porque não foi feita a reflexão prevista”. O deputado social-democrata insiste “quando o estado de emergência terminou, o RASI já devia estar concluído há muito tempo”.

André Coelho de Lima afirma que o impacto deste atraso terá consequências: “fica 2020 como um ano sem projeções de política de segurança interna e criminal e não se sabe quais eram os objetivos do governo”.

A Lei de Segurança Interna (lei n.º 53/2008 de 29 de agosto) determina que a “Assembleia da República



aprecia anualmente um relatório [RASI], a apresentar pelo Governo até 31 de março, sobre a situação do País em matéria de segurança interna, bem como sobre a atividade das forças e dos serviços de segurança desenvolvida no ano anterior”.

O RASI reúne as estatísticas de criminalidade registados no ano civil anterior e é o documento orientador para a estratégia das políticas de segurança.

RECLUSOS DE REGRESSO ÀS PRISÕES NÃO FAZEM TESTES À COVID-19



O PSD manifesta “preocupação” perante o facto de os reclusos estarem a regressar aos estabelecimentos prisionais sem efetuarem qualquer teste de despiste à covid-19. Estão em causa centenas de condenados que beneficiaram do gozo de licenças de saída administrativa extraordinárias, concedidas ao abrigo do regime excepcional de flexibilização da execução das penas e das medidas de graça nesta fase do estado de emergência e que agora voltam ao meio prisional para cumprir o resto da pena.

Numa pergunta dirigida à ministra da Justiça, dia 21, os

deputados do PSD querem saber que medidas irá o Governo avançar para garantir não só a saúde da população prisional, mas também das forças de segurança e do corpo médico que exercem funções nas cadeias. Para o PSD, esta situação suscita “um perigo enorme de contágio da doença dentro dos estabelecimentos prisionais, caso não sejam realizados testes de despiste/deteção da covid-19 quando reingressarem no sistema”.

“Constituindo uma preocupação deste grupo parlamentar garantir que a infeção por covid-19 não se propague no sistema prisional, urge saber que medidas acresci-

das estão a ser preparadas pelo Governo para assegurar este objetivo, uma vez que o cumprimento da quarentena obrigatória pode não ser suficiente para acautelar aquele desiderato”, referem os deputados.

Estas preocupações foram também expressas pela Associação Sindical de Chefias do Corpo da Guarda Prisional, que denuncia que apenas estão a ser “realizados testes à covid-19 aos reclusos que apresentem sintomas desta doença”.

Até ao momento, os únicos dois reclusos que testaram positivo, no dia 18 de maio, foram reclusos que regressaram de saídas jurisdicionais, ou seja, foram contagiados no exterior do estabelecimento prisional.

O PSD PERGUNTA:

1. Em face da situação denunciada pela Associação Sindical de Chefias do Corpo da Guarda Prisional, que medidas acrescidas estão a ser programadas pelo Governo para evitar a propagação da doença da covid-19 nos estabelecimentos prisionais em face do previsível retorno de um número substancial reclusos que terminam o gozo de licenças de saída administrativas ou jurisdicionais?
2. Não considera o Governo que é necessária a realização obrigatória de testes à covid-19 a todos os reclusos que ingressam ou reingressam no sistema prisional?

FALTAM MEIOS AÉREOS NO COMBATE A INCÊNDIOS PELO QUARTO ANO CONSECUTIVO



O PSD acusa o Governo de não colocar à disposição das populações os meios aéreos necessários de combate a incêndios nos distritos de Braga, Portalegre, Setúbal e Beja. O grupo parlamentar do PSD fez chegar um conjunto de perguntas aos ministros da Administração Interna e da Defesa Nacional, alertando que há uma “grave violação dos prazos previstos e dos calendários estipulados pelo próprio Executivo”.

Na pergunta remetida este domingo, o PSD indica que, no nível II do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR), que vigora “entre 15 e 31 de maio”, estava previsto que “estivessem operacionais no combate aos incêndios 14 helicópteros ligeiros (HEBL), 12 helicópteros médios (HEBM), oito aviões bombardeiros (Anfíbios), dois aviões de reconhecimento (AVRAC) e um helicóptero reconhecimento (HERAC)”.

“É com preocupação que os deputados subscritores desta pergunta parlamentar deram conta da grave violação do planeamento anunciado, fortemente propagandeado e aprovado no DECIR 2020, visto não estarem operacionais diversos meios aéreos, deixando alguns distritos, como por exemplo Braga, Portalegre, Setúbal e Beja sem qualquer meio aéreo de combate aos incêndios”, salientam os parlamentares.

Para o PSD, “deveriam estar já no terreno três meios aéreos de coordenação” que “também não estão ainda operacionais”, e “faltam pelo menos oito helicópteros face à informação divulgada pelo Ministério da Administração Interna”.

Segundo as contas dos deputados do PSD, “faltam os helicópteros previstos para Fafe (Braga), Ourique (Beja), Cernache (Coimbra), Portalegre, Grândola (Setúbal), Santa Comba Dão (Viseu), Vila Real e Alfandega da Fé (Bragança)”.

Face a esta situação, os deputados querem saber quando é que estarão “de facto operacionais” os “meios aéreos previstos para o nível II” do dispositivo de combate a incêndios, e em que locais, estiveram de facto operacionais entre 15 e 31 de maio?”.

“Como justifica o Governo mais este atraso na operação de meios aéreos que deixa pelo menos quatro distritos do país sem qualquer apoio aéreo no combate aos incêndios?”, querem saber também os sociais-democratas, perguntando igualmente se o Governo consegue garantir que na seguinte do combate aos incêndios, que se inicia a 01 de junho, “os meios aéreos previstos no DECIR2020 vão estar todos no terreno e operacionais”.

O PSD pergunta ainda se o Governo tem conhecimento “de outras falhas face ao planeamento previsto o DECIR2020 para esta época”.

Os deputados social-democratas frisam que os meios aéreos são “um dos elementos fundamentais de qualquer estratégia de combate” aos incêndios e critica os “recorrentes atrasos na colocação de meios aéreos no terreno e a violação constante do planeamento previsto no DECIR dos últimos três anos”.

“Apesar de recorrentemente alertado para a necessidade de planear a longo prazo, de preparar concursos de aluquer de meios mais atempadamente, o Governo, pelo quarto ano consecutivo, volta a falhar redondamente no cumprimento dos calendários que o próprio estabeleceu”, denuncia o PSD.

O PSD QUESTIONA:

1. Quanto prevê o Governo que os meios aéreos previstos para o Nível II do DECIR 2020 (15 a 31 de maio), estejam de facto operacionais?
2. Quantos meios aéreos de combate aos incêndios, e em que locais, estiveram de facto operacionais entre 15 e 31 de maio?
3. Como justifica o Governo mais este atraso na operação de meios aéreos que deixa pelo menos 4 distritos do país sem qualquer apoio aéreo no combate aos incêndios?
4. Consegue o Governo garantir que na fase seguinte, nível III, que se inicia a 1 de junho os meios aéreos previstos no DECIR2020 vão estar todos no terreno e operacionais?
5. Tem o Governo conhecimento de outras falhas face ao planeamento previsto o DECIR 2020 para esta época?

SECRETÁRIA DE ESTADO DAS COMUNIDADES ANUNCIA PROGRAMAS DE APOIO NUMA INICIATIVA PARTIDÁRIA

O PSD requereu a audição parlamentar da secretária de Estado das Comunidades Portuguesas, estranhando que tenha anunciado vários programas de apoio aos emigrantes portugueses numa iniciativa partidária promovida pelo PS.

De acordo com o requerimento dos deputados social-democratas, entregue esta terça-feira, no Parlamento, a secretária de Estado das Comunidades Portuguesas anunciou, durante a sua intervenção na iniciativa do PS "Diálogos Digitais com as Comunidades Portuguesas Fora da Europa", que se realizou no domingo, "vários programas para ajudar as comunidades portuguesas no estrangeiro a superar as dificuldades provocadas pela pandemia da covid-19".

"Tendo em conta a importância destas matérias, o grupo parlamentar do PSD não pode deixar de estranhar o anúncio de tais medidas de apoio às comunidades numa iniciativa partidária", referem, justificando o pedido de audição parlamentar para que "sejam prestados todos os esclarecimentos necessários sobre os programas agora anunciados".

Também o PSD entregou na Assembleia da República uma pergunta sobre a situação da comunidade portuguesa residente na Venezuela, dirigida ao ministro dos Negócios Estrangeiros. O PSD entende que a pandemia de

covid-19 veio agravar a situação dos que "já antes desta crise sanitária, apresentavam sinais de maiores vulnerabilidades sociais e económicas".

"Em recente audição ao ministro dos Negócios Estrangeiros, o grupo parlamentar do PSD sugeriu a utilização de verbas orçamentadas no Fundo para as Relações Internacionais para o apoio a instituições sem fins lucrativos das nossas comunidades de forma a dar-lhes os meios para apoiar mais aqueles que a elas recorrem a pedir ajuda", assinalam.

No caso concreto da comunidade portuguesa residente na Venezuela, os deputados do PSD consideram que "uma das maiores preocupações tem a ver com a distribuição de medicamentos a todos aqueles que têm outro tipo de doenças que obrigam à toma de medicação de forma constante e sistemática".

"Outra situação tem a ver com o apoio consular que está a ser prestado a esta vasta comunidade tendo em conta os constrangimentos impostos pelo Governo venezuelano à circulação e atividade das pessoas no país", dizem os deputados, recordando ainda que "está a terminar o prazo de 90 dias da suspensão dos voos da TAP para a Venezuela não havendo, para já, sinais das autoridades venezuelanas sobre o fim ou não da suspensão".

Nas perguntas dirigidas ao ministro dos Negócios Estrangeiros, PSD questiona o Governo se tem conhecimento de dificuldades dos portugueses residentes na Venezuela no acesso aos medicamentos e que medidas foram tomadas pelo executivo para o facilitar.

O PSD PERGUNTA:

Tem o Governo conhecimento de dificuldades dos portugueses residentes na Venezuela no acesso aos medicamentos? O normal abastecimento dos mesmos foi interrompido em algum momento? Que medidas tomou o Governo para garantir que os medicamentos chegavam a todos aqueles que deles necessitavam?

Tem o Governo alguma indicação por parte das autoridades venezuelanas quanto à decisão de manter a suspensão da atividade da TAP?

Está o Governo a ponderar a reformulação dos programas ASIC e ASEC para permitir uma resposta mais rápida e eficaz a todos os casos de carência económica entre os portugueses residentes na Venezuela e noutras comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo?



AMAS DA SEGURANÇA SOCIAL E FORMADORES DO IEFP CONTINUAM NUMA SITUAÇÃO PRECÁRIA

O PSD contesta a situação precária em que se encontram amas da Segurança Social e formadores afetos ao Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). O grupo parlamentar do PSD tem recebido “denúncias de diversas situações de trabalhadores que ainda têm o seu processo de regularização pendente, em específico, formadores do IEFP e amas da Segurança Social que, apesar de terem o parecer positivo das respetivas Comissões de Avaliação, com vista à regularização do seu vínculo continuam trabalhadores precários”.

Para o PSD, estas situações são particularmente preocupantes no momento atual, pois afetam “trabalhadores que estão neste momento a ser duplamente prejudicados”. Além da demora na regularização do seu vínculo laboral, uma vez que possuem o parecer positivo da respetiva Comissão de Avaliação, atualmente, e decorrente de toda a legislação publicada relativa ao “covid 19”, estes trabalhadores, de um dia para o outro, ficaram ainda mais “desprotegidos” e sem auferir qualquer rendimento” por causa da pandemia.

Os deputados do PSD entregaram, esta terça-feira, no Parlamento, uma pergunta dirigida à ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, onde exortam a tutela a esclarecer quando pretende “proceder à regularização do vínculo laboral” destes trabalhadores.

Recorde-se que, antes da crise, o Governo assumiu como uma prioridade a promoção do emprego e o combate à precariedade laboral, assim como a necessidade de valorização do exercício de funções públicas. Para tal, criou e promoveu o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), que tinha como objetivo a regularização da precariedade laboral dos trabalhadores da Administração Pública e a data de conclusão prevista para dezembro de 2018.



O PSD QUESTIONA:

1. Quando é que o Governo vai efetivamente proceder à regularização do vínculo laboral dos trabalhadores, especificamente das amas da Segurança Social e dos formadores do IEFP, com parecer positivo decorrente do PREVPAP?
2. Como pretende o Governo solucionar a situação destes trabalhadores que, por razões que lhes são alheias, continuam com situações laborais precárias e, como tal, no contexto atual, viram o seu rendimento a ser fortemente penalizado?

**Acompanhe-nos
no dia-a-dia...**

PSD
TV



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

BRAGA

DEPUTADOS DO PSD VISITAM INL PARA CONHECEREM PROJETOS INOVADORES NO COMBATE À COVID-19

Carlos Eduardo Reis e Firmino Marques, deputados do PSD eleitos pelo círculo eleitoral de Braga, visitaram esta semana o Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia (INL). Esta iniciativa serviu para os parlamentares conhecerem as soluções que o centro de investigação está a desenvolver no combate à covid-19.

Acompanhados por Lars Montelius, diretor-geral do INL, Carlos Eduardo Reis e Firmino Marques inteiraram-se dos projetos associados à produção de materiais de proteção individual tão necessários para proteger os profissionais de saúde e as populações na pandemia.

“As indústrias de defesa não se cingem à produção de armamento. Da mesma forma que outras indústrias se reinventaram, também na área da Defesa vamos assistir a um fenómeno semelhante. A proteção pessoal e equipamentos de proteção pessoal passarão cada vez mais a fazer parte das nossas vidas”, adianta o deputado barcelense, Carlos Eduardo Reis, membro da Comissão de Defesa Nacional.

O deputado destaca ainda o trabalho desenvolvido para permitir a normalização das rotinas da comunidade. “Vimos pequenos equipamentos de testagem rápida que podem, por exemplo, ser utilizados à entrada de eventos desportivos, culturais, de lazer”, acrescenta.



Carlos Eduardo Reis recorda também que este contexto de pandemia é essencial para a criação de sociedades mais resilientes e com capacidade de se ajustar a novas realidades. “Estamos a enfrentar um tempo de mudança de hábitos e isso exige que os cidadãos passem a ser também agentes de saúde pública. Isso só se faz impulsionando as indústrias ou laboratório que dedicam o seu tempo e capital humano à inovação, à descoberta de novas formas de proteção e equipamentos adequados”, assinala.

Firmino Marques sublinha, por sua vez, a importância do centro de investigação como centro de conhecimento. “O INL tem sido muito importante para todas as dimensões de desenvolvimento de uma sociedade em Portugal e em Espanha, mas com especial destaque para a envolvente bracarense, sendo determinante a forma como se envolve com a academia minhota e com o tecido empresarial bracarense, acrescentando valor e conhecimento”, diz o antigo vice-presidente da Câmara Municipal de Braga.

Recorde-se que o INL conta com investigadores e cientistas de mais de 40 nacionalidades, que se dedicam ao estudo e desenvolvimento de soluções, através da aplicação das nanotecnologias, como acontece na nanomedicina, no controlo de qualidade alimentar e ambiental, energia, nanoeletrónica e nanossistemas.

ALGARVE QUER A TAP A SERVIR A REGIÃO

Os deputados do PSD eleitos pelos Algarve querem saber que orientações pretende o Governo dar à TAP “no sentido de suprir as lacunas de outras companhias aéreas que voam para a região e que por razões sanitárias ou outras o deixem de fazer”.

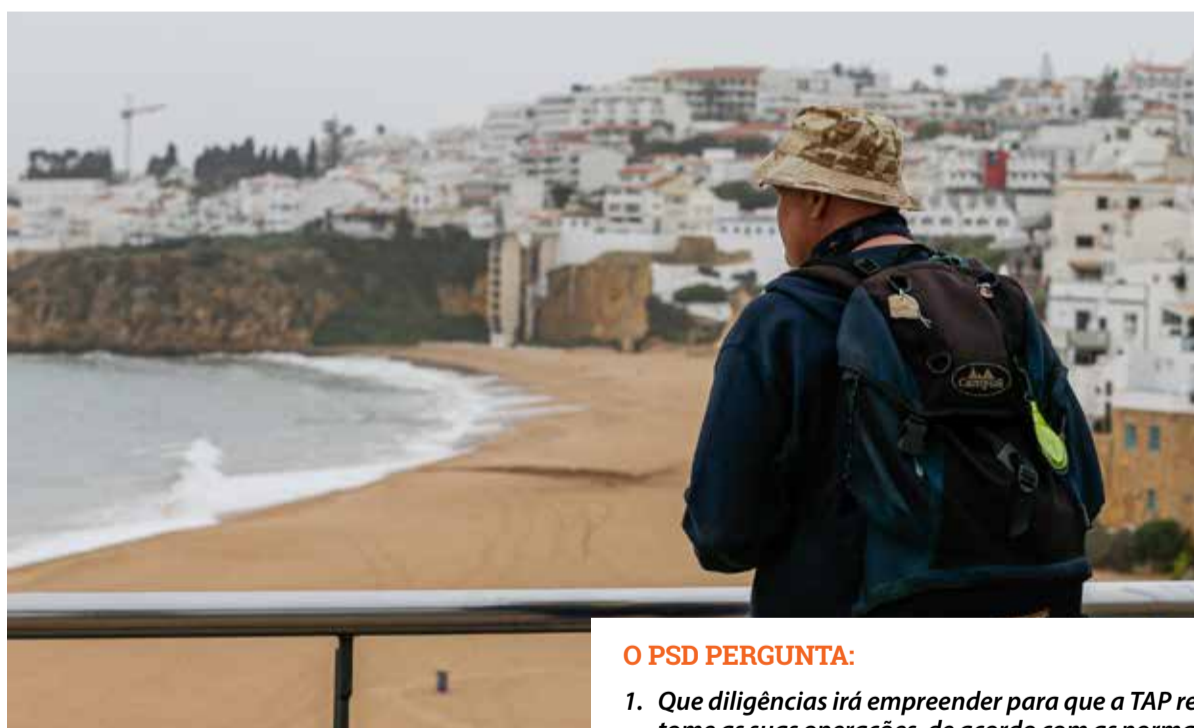
Numa pergunta dirigida ao ministro das Infraestruturas e da Habitação, os deputados Cristóvão Norte, Rui Cristina e Ofélia Ramos querem que sejam salvaguardados voos da TAP para o Algarve, uma região fortemente dependente da atividade turística e do setor hoteleiro.

O PSD recorda que foi tornado público que a TAP planeia retomar a sua operação e que se propõe assegurar, numa primeira fase, 71 voos, 63 dos quais com origem ou destino em Lisboa, sendo que apenas os restantes 8 serão distribuídos pelos aeroportos de Porto, Faro, Funchal e Ponta Delgada.

“Que diligências irá empreender para que a TAP retome as suas operações, de acordo com as normas sanitárias em vigor, e que sirva efetivamente os portugueses, respeitando uma distribuição geográfica das suas linhas que não exclusivamente assente num serviço circunscrito à região de Lisboa e Vale do Tejo, nomeadamente ao Algarve, região a que a TAP assegura menos ligações?”, perguntam os deputados.

Numa audição que teve lugar na Assembleia da República, dia 29 de abril, o ministro das Infraestruturas, Obras Públicas e Inovação, Pedro Nuno Santos, afirmou que “se é o povo português que paga, é bom que seja o povo português a mandar”, numa alusão à situação financeira da companhia aérea TAP e à necessidade de garantir apoios públicos para assegurar a subsistência da empresa.

Para os deputados do PSD, a proposta de voos da TAP “é desajustada, fundada na lógica de uma companhia aérea que não responde equitativamente a necessidades geograficamente distribuídas, muitas dessas necessidades já se fazendo sentir em relação a territórios que cronicamente não se encontram no número de prioridade da TAP, no período an-



O PSD PERGUNTA:

1. *Que diligências irá empreender para que a TAP retome as suas operações, de acordo com as normas sanitárias em vigor, e que sirva efetivamente os portugueses, respeitando uma distribuição geográfica das suas linhas que não exclusivamente assente num serviço circunscrito à região de Lisboa e Vale do Tejo, nomeadamente ao Algarve, região a que a TAP assegura menos ligações?*
2. *Garante o Governo que dará orientações à TAP no sentido de suprir as lacunas de outras companhias aéreas que voam para a região e que por razões sanitárias ou outras o deixem de fazer, assegurando desse modo os fluxos turísticos indispensáveis para a região?*

terior a esta pandemia e em que os motivos invocados pelo Governo para intervir na gestão da empresa e reverter a sua privatização parecem afinal não ser para “levar à letra”.

Os deputados lamentam que o Aeroporto Internacional de Faro continue a ser “ignorado pela TAP, sendo o seu contributo historicamente marginal para o embarque/desembarque de passageiros na região, já que as ligações diretas se fazem sobretudo para território nacional e em número escasso”. “É sabido que a região carece, por força do seu perfil económico, de voos diretos internacionais, os quais têm sido assegurados por outras companhias aéreas”, sublinham.

PROMOVER O TURISMO INTERILHAS NOS AÇORES

O líder do PSD/Açores congratulou-se com a retoma gradual, a partir da próxima sexta-feira, das ligações aéreas interilhas e da operação regular de transportes marítimos, e apelou ao turismo dentro do arquipélago. “Eu próprio tinha apontado uma data simbólica [1 de junho, Dia da Região], salvaguardadas as questões de salvaguarda de saúde pública. Se afinal ainda é possível mais cedo, congratulo esse facto”, afirmou José Manuel Bolieiro, em declarações aos jornalistas em Rabo de Peixe, no concelho da Ribeira Grande.

O presidente do PSD/Açores falava após uma visita à central de madeiras da empresa Mariano Brum Gouveia & Filhos, Lda, em Rabo de Peixe, na ilha de São Miguel, tendo apelado para que os açorianos façam turismo dentro da região. “E também aproveito para lançar esta mensagem para que possamos, no contexto das nossas ilhas, aproveitar pedagogicamente o turismo interilhas e começar a trabalhar de forma estratégica a redução dos preços das passagens aéreas para que os açorianos possam também fazer turismo de ilha para ilha”, sublinhou, acrescentando que dessa forma se pode “ajudar a potenciar a retoma e a recuperação dos empresários que estão no negócio turístico”, permitindo também aos açorianos “conhecerem cada vez melhor as suas ilhas, as belezas e a capacidade de acolhimento turístico”.

Questionado em relação ao “timing” para o levantamento das restrições, o líder do PSD/açores referiu que “a questão técnica deve ser da responsabilidade da Autoridade de Saúde” da região.



“Como cidadão preocupado a que não se junte à pandemia do vírus, uma pandemia social e económica, é do nosso interesse que o mais rapidamente possível possamos ganhar confiança com as cautelas e os bons conselhos sob o ponto de vista do controlo da transmissão do vírus e assim possamos retomar o mais rapidamente possível a nossa economia”, salientou.

José Manuel Bolieiro aproveitou a ocasião para destacar o trabalho das empresas que puderam continuar a laborar durante a pandemia, nomeadamente as que transformam matérias-primas originárias da Região. “Pude visitar uma empresa e um concelho em que a confiança tem permitido atividade económica, dinâmica e resiliência. No caso concreto da Mariano Brum Gouveia & Filhos, trata-se de uma empresa que transforma matéria-prima da nossa floresta [madeira de criptoméria] em produtos transacionáveis”, disse.

Segundo o presidente do PSD/Açores, “trata-se de um bom exemplo, em que se substitui as importações com a industrialização de um produto regional e a valorização da nossa

floresta”. “Quero deixar uma palavra de reconhecimento aos empresários, pela sua capacidade de investimento e empreendedorismo, e ao município da Ribeira Grande, pela sua gestão territorial”, destacou.

PROLONGAMENTO DE APOIO AO ‘LAY-OFF’ ATÉ AO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2021

O presidente do PSD/Açores propôs que o apoio ao “lay-off” seja prolongado até ao primeiro trimestre de 2021, com o objetivo de “salvaguardar os postos de trabalho” das atividades económicas mais afetadas na sequência da pandemia de covid-19.

“Há atividades económicas que foram muito afetadas pela crise pandémica. Para salvaguarda dos postos de trabalho, é preciso reconhecer já a necessidade da extensão do apoio ao ‘lay-off’ até ao primeiro trimestre de 2021, tal como os parceiros sociais já defenderam”, afirmou José Manuel Bolieiro.

“SUBSTITUIR MEDO POR CONFIANÇA”

No dia 22, o presidente do PSD/Açores defendeu que a região deve “substituir medo por confiança” nesta fase de combate à covid-19, que passa por um maior desconfinação. “É tempo de substituir medo por confiança. Quero felicitar o esforço dos empresários e produtores regionais, que, através da sua cultura de coragem e confiança, contrariam um clima de incerteza. Garantindo todas as cautelas de proteção da saúde pública, os nossos empresários transmitem aos consumidores os sinais de confiança necessários para a inadiável retoma da vida económica e social dos Açores”, afirmou.

Para José Manuel Bolieiro, que esteve em diversos estabelecimentos de Ponta Delgada, cidade da qual foi presidente de câmara, é tempo de retomar, “não só com palavras, mas sim com atos, a vida social e económica dos Açores”.

O líder do PSD/Açores pediu ainda aos açorianos para não virarem as costas aos produtores, comerciantes, trabalhadores e empresas da região, “que asseguram, com o seu trabalho e dedicação, que nada de essencial” falte às pessoas.



POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Períodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

Inaugurada a «casa» da RTP



Ciclo de Reflexão «Nós e a Europa»



Pag.9

A « Coligação Açores »



realizou a sua Convenção

Central



Congresso da ANMP na Madeira

Pag.16



Estruturas da Emigração do PSD na Europa

Pag.24

Edição n.º 1361 do "Povo Livre" | de 7 de abril de 2004.

"A 'Coligação Açores' realizou a sua Convenção". A coligação PSD/CDS-PP nos Açores iniciava a pré-campanha para as eleições regionais de outubro de 2004, com uma convenção que contou com a presença do Presidente do PSD e Primeiro-Ministro, José Manuel Durão Barroso.



CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

Deliberação II/Maio/2020

Com a passagem à segunda fase do Plano de Desconfinamento, cumpre ao Conselho de Jurisdição Nacional do PSD reavaliar a vigência da sua deliberação de 6 de maio, que manteve a proibição de realização de assembleias e atos eleitorais.

Assim, atendendo às determinações da atual fase do Desconfinamento, e depois de ouvido o Secretário-Geral do Partido Social Democrata, o Conselho de Jurisdição Nacional determina:

1. Podem realizar-se atos eleitorais, devendo o jornal oficial do PSD voltar a receber convocatórias.
2. Todos os atos eleitorais que sejam convocados devem respeitar a antecedência estatutária de trinta dias.
3. Também as novas convocatórias dos sufrágios que não se realizaram por força da declaração de ineficácia (deliberada pelo CJN, a 9 de abril) devem respeitar a supramencionada antecedência de trinta dias e referir as novas datas para entrega de candidaturas.
4. Todos os atos eleitorais devem ser organizados de acordo com as recomendações das autoridades de saúde, nomeadamente: uso de máscara; fila de espera à entrada da assembleia de voto; cumprimento das regras de distanciamento social; não mais de 10 pessoas na sala; disponibilização de desinfetante à entrada da assembleia de voto e/ou nas mesas de voto; imediata saída da assembleia de voto após a introdução do boletim em urna.
5. Os delegados de lista, no respeito pelas recomendações das autoridades de saúde, devem estar a uma distância que lhes permita realizar a sua função.
6. O universo eleitoral dos sufrágios que não se realizaram por força de deliberação deste Conselho inclui os militantes que possuam capacidade eleitoral nas datas originais, ainda que entretanto a tenham perdido (exceto nos casos de aplicação de sanção disciplinar), bem como todos os militantes que adquiram capacidade eleitoral nos termos do Regulamento Eleitoral do PSD, tendo como referência as datas das novas convocatórias;.
7. Continuam proibidas as assembleias, com exceção das convocadas unicamente para a realização de atos eleitorais, devendo estes órgãos encontrar formas remotas de comunicar e informar os militantes, nas restantes situações não excecionadas.

8. Os mandatos dos órgãos do PSD que optem por não convocar eleições continuam a ser mantidos em vigor, designadamente, conservando as suas competências de marcação eleitoral, ainda que o período previsto nos Estatutos se tenha esgotado.
9. Os prazos jurisdicionais e de periodicidade das reuniões continuam suspensos.
10. Os órgãos executivos podem continuar a deliberar on-line (por telefone, e-mail, grupos nas redes sociais).

A presente deliberação entra imediatamente em vigor.

Pelo Conselho de Jurisdição Nacional



Paulo Colaço
Presidente

22 de maio de 2020

Notifique-se o Secretário-Geral para:

- conhecimento e informação aos órgãos do PSD
- publicação no site e no Povo Livre
- divulgação à Comunicação Social

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues, na Sede da Secção, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estão abertas das 21H00 às 22H00

CANTANHEDE

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, e às novas regras desta segunda fase do Plano de Desconfinamento, convoca-se todos os militantes com capacidade eleitoral ativa, para reunirem em Assembleia de Secção, no próximo dia 3 de julho (sexta-feira) de 2020, pelas 17H30 na Sede da Concelhia, sita na Praça Marques de Marialva, Edifício Rossio 2º Sala 11, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: A eleição decorrerá entre as 17H30 e as 22H00, de acordo com o Regulamento Eleitoral.

As listas candidatas para a Comissão Política de Secção e para a Mesa da Assembleia de Secção devem ser entregues na Sede da Secção ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

O ato eleitoral de acordo com todas as recomendações das autoridades de saúde, nomeadamente: Uso de máscara; fila de espera à entrada da Assembleia de Voto; Cumprimento das regras de distanciamento social; não mais de 10 pessoas na sala; disponibilização de desinfetante à entrada da Assembleia de Voto e/ou nas mesas de Voto; imediata saída da Assembleia de Voto após a introdução do boletim em urna.

CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves, para reunir no próximo dia 27 de junho (Sábado) de 2020, pelas 15H00, na Sede local, sita na Av. Tenente Valadim, 47 E, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas das 15H00 às 19H00. As listas candidatas aos diferentes Órgãos, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (24.06.2020), na Sede local que estará aberta para esse efeito das 21H00 às 24h00.

FIGUEIRA DA FOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Figueira da Foz, para reunir no próximo dia 27 de junho (Sábado) de 2020, das 14H00 às 18H00, na Sede do PSD, sita na Rua da Liberdade, nº 6, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As candidaturas devem ser entregues na Sede do PSD/Figueira da Foz, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou membro desta mesa por ele designado.

GUARDA

Nos termos dos Estatutos do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se os militantes da Concelhia da Guarda, para uma Assembleia Eletiva no dia 27 de junho (sábado) de 2020, pelas 11H00, na Sede sita na Rua Marquês de Pombal, nº 3 – 2º, na Guarda, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Mesa da Assembleia de Secção;
2. Comissão Política de Secção.

Notas: As listas terão de ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 11H00 e as 19H00

LOUSADA

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, -convoca-se todos os militantes dotados de capacidade eleitoral ativa, para reunirem em Assembleia, no dia 27 de junho (sábado) de 2020, às 15H00, na Sede Concelhia do PSD/Lousada, sita na Rua do Tojeiro, 121 – Lousada, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Eleição da Comissão Política de Secção;

2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: A eleição decorrerá entre as 15H00 e as 20H00.

As listas para a Mesa da Assembleia de Secção e para a Comissão Política de Secção devem ser apresentadas ao Presidente da Mesa ou a quem o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na sede do PSD/Lousada, sita na Rua do Tojeiro, 121 – Lousada.

MOIMENTA DA BEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção do PSD de Moimenta da Beira, para reunir, em Plenário Eleitoral, a realizar no próximo dia 27 de junho (sábado) de 2020, pelas 14H00 na Av. Leodomiro nº 48, Alto da Portela, Leomil, Moimenta da Beira com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As listas terão de ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital de Viseu ou a quem o substitua, na Sede Distrital até às 48H00 antes do ato eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 14H00 e as 17H00.

MONTIJO

Joaquim Filipe Manuel, militante nº 4383, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia da Secção do Montijo, e de acordo com os Estatutos Nacionais do PSD, vem pela presente convocar a realização de Eleições para os Órgãos da Concelhia do Montijo na Sede do PSD do Montijo, sita na Praça da República, no próximo dia 3 de julho (Sexta-feira) de 2020, com início às 18H00 e término às 23H00, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia da Secção, ou a quem o substitua, previamente ao ato eleitoral, nos termos dos Estatutos.

NAZARÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, designadamente do nº 3 do artº 76º e do Regulamento Eleitoral, convoca-se todos os militantes do concelho da Nazaré para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 27 de junho (Sábado) de 2020, pelas 15H00, no Hotel Oceano, sita na Avenida da República, nº 51, na Nazaré, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos da Secção da Nazaré;

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas das 15H00 às 18H00.

As listas candidatas devem ser entregues na Sede Distrital, sita na Rua Dr. José Jardim, nº 32, Leiria, ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (Quarta-feira, dia 24 de junho).

A Sede Distrital encontra-se aberta para o efeito das 22H00 até às 24H00.

PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral em vigor, convoca-se todos os militantes da Secção de Paços de Ferreira, para uma Assembleia Concelhia Eleitoral a decorrer no próximo dia 27 de junho (Sábado) de 2020, na Sede do PSD de Paços de Ferreira, sita na Av. dos Templários, 309 Dto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 15H00 e as 20H00 na Sede do PSD de Paços de Ferreira, de acordo com o Regulamento Eleitoral, as listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

PALMELA

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção Palmela do PSD, para reunirem em Assembleia de Secção, a realizar no próximo dia 3 de julho (sexta-feira) de 2020, entre as 18H00 e as 23H00, na Sede Distrital, sita na Avenida Dr. Manuel Arriaga, 16 – 3º Esq., em Setúbal, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As listas candidatas aos órgãos sujeitos a sufrágio deverão

ser entregues na Sede Distrital ao Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem o substitua, até às 24H00 do dia 30 de junho de 2020.

Para efeitos de votação no dia 3 de julho de 2020, as urnas estarão abertas das 18H00 às 23H00.

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Paredes, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 27 de junho (sábado) de 2020, entre as 15H00 e as 20H00, na Sede, sita na Rua 1º de Dezembro, nº 45, em Paredes, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede da Secção, na hora normal de funcionamento da Sede ou até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 15H00 e as 20H00.

PAREDES DE COURA

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Paredes de Coura, para reunir no próximo dia 27 de junho (Sábado) de 2020, entre as 14H00 e as 20H00, na Loja 10 do Coura Shopping sita na Rua Dr. Albano Barreiros, em Paredes de Coura, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Viana do Castelo, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na loja 10 do Coura Shopping, sita na Rua Dr. Albano Barreiros, Paredes de Coura, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

O ato Eleitoral decorrerá entre as 14H00 e as 20H00.

POMBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes do PSD inscritos na Secção de Pombal, para as Eleições da Concelhia a realizar no próximo dia 27 de junho (sábado) de 2020, a decorrer das 11H00 às 19H00, na sua Sede, sita na Rua Dr. Luis Torres, 4 2º em Pombal, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues, na Sede da Secção, ao Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

A Sede estará aberta, para efeito das 21H00 às 24H00.

As urnas estão abertas das 11H00 às 19H00.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convocam-se todos os militantes dotados de capacidade eleitoral ativa, para reunirem em Assembleia, no dia 27 de junho (sábado) de 2020, às 15H00, na Sede Distrital do PSD/ Porto, sita na Rua Guerra Junqueiro, 64 – Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: A Eleição decorrerá entre as 15H00 e as 20H00.

As listas para a Mesa da Assembleia de Secção e para a Comissão Política de Secção devem ser apresentadas ao Presidente da Mesa ou a quem o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede Distrital do PSD, sita na Rua Guerra Junqueiro, 64 Porto.

RIBEIRA DE PENHA

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral, convoca-se os militantes da Secção do PSD de Ribeira de Pena, para as eleições dos Órgãos Locais, a realizar no dia 28 de junho (Domingo) de 2020, entre as 15H00 e as 19H00, em Ribeira de Pena, sita na Rua do Picanhol 3º, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o possa substituir, sita na Rua Eira nº6 Fonte do Mouro, Santa Marinha, Ribeira de Pena, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas, das 15H00 às 19H00.

CONVOCATÓRIAS**SANTA COMBA DÃO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distrital e Locais, convoca-se a Assembleia de Secção de Santa Comba Dão, para reunir no próximo dia 3 de julho (sexta-feira) de 2020, entre as 20H30 e as 22H30, na Sede Concelhia, sita na Rua Pinheiro de Ázere, nº 7, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas à Mesa da Assembleia de Secção e à Comissão Política de Secção, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem o substitua, na Sede Concelhia, sita na Rua Pinheiro de Ázere, nº 7 em Santa Comba Dão, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (30 de junho).as urnas estão abertas das 21H00 às 24H00.

TÁBUA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Tábua, para reunir no próximo dia 28 de junho (Domingo) de 2020, pelas 19H00, na Sede, sita na Av. Dr. Castanheiro Figueiredo, Lote 1 Cave, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos da Secção de Tábua.

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 19H00 e as 22H00.

VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se todos os militantes dotados de capacidade eleitoral ativa, para reunirem em Assembleia, no dia 27 de junho (Sábado) de 2020, pelas 15H00, na Sede Concelhia do PSD, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 880 – Ermesinde, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: A eleição decorrerá entre as 15H00 e as 20H00.

As listas para a Mesa da Assembleia de Secção e para a Comissão Política de Secção, devem ser apresentadas ao Presidente da Mesa ou a quem o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede do PSD/Valongo, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 880-Ermesinde.

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e nos termos da deliberação II do Conselho de Jurisdição Nacional de Maio de 2020, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Real, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 27 de junho (sábado) de 2020, pelas 14H00 na Sede do PSD, sita na Rua da Boavista nº 11, em Vila Real, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção para o biénio 2020/2022.

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues, na Sede da Secção, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (24 de junho).

As urnas estarão abertas das 14H00 às 19H00.

O ato eleitoral será organizado de acordo com as recomendações das autoridades de saúde, nomeadamente: Uso de máscara; fila de espera à entrada da Assembleia de voto; cumprimento das regras de distanciamento social; não mais de 10 pessoas na sala; disponibilização de desinfetante à entrada da Assembleia de voto e/ou nas mesas de voto; imediata saída da Assembleia de voto após a introdução do boletim em urna.

NÚCLEOS**ALFENA**

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se todos os militantes dotados de capacidade eleitoral ativa, para reunirem em Assembleia, no dia 27 de junho (Sábado) de 2020, pelas 15H00, na Sede Concelhia do PSD/Valongo, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 880 – Ermesinde, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Alfena.

Notas: A Eleição decorrerá entre as 15H00 e as 20H00.

As listas devem ser apresentadas ao Presidente da Comissão Política do Núcleo ou a quem o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede PSD/Valongo, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 880 – Ermesinde.

CAMPO E SOBRADO

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convocam-se todos os militantes dotados de capacidade eleitoral ativa, para reunirem em Assembleia, no dia 27 de junho (Sábado) de 2020, pelas 15H00, na sede Concelhia do PSD/Valongo, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 880-Ermesinde, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Campo e Sobrado.

Notas: A Eleição decorrerá entre as 15H00 e as 20H00.

As listas devem ser apresentadas ao Presidente da Comissão Política de Secção ou a quem o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede do PSD/Valongo, sita na Rua Rodrigues de Freitas 880-Ermesinde.

ERMESINDE

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convocam-se todos os militantes dotados com capacidade eleitoral ativa, para reunirem em Assembleia, no dia 27 de junho (Sábado) de 2020, pelas 15H00, na Sede Concelhia do PSD/Valongo, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 880 – Ermesinde, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Ermesinde.

Notas: A eleição decorrerá entre as 15H00 e as 20H00.

As listas devem ser apresentadas ao Presidente da Comissão Política do Núcleo ou a quem o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede do PSD/Valongo, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 880 - Ermesinde